

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Assembléia Legislativa de Goiás

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

.....

Primeira Infância

.....

Jornal do Vale

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

.....

TV Atual

Primeira Infância

.....

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

.....

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, às 15 horas desta terça-feira, 4, sessão deliberativa ordinária presencial com vários processos na Ordem do Dia. Desses, 34 estão em primeira votação, 22 em segunda votação e 10 em votação única. Entre as matérias em pauta, destacam-se cinco projetos do Governo do Estado, além da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente ao exercício de 2019.

Entre as matérias do Poder Executivo, cinco propostas serão apreciadas, sendo três em segunda votação e duas em primeira votação. Entre as que vão à segunda votação, está matéria nº 26834/25, que abre crédito especial à Polícia Civil, reforçando o orçamento da instituição para execução de ações de segurança pública, e a nº 26836/25, altera a Lei nº 18.464/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Quadro Transitório da Secretaria de Estado da Saúde, adequando dispositivos funcionais e de progressão da carreira.

Também em segunda discussão, o projeto de lei nº 26837/25 autoriza o Governo de Goiás a adquirir, por doação onerosa do município de Hidrolândia, que busca autorização para adquirir um terreno situado na Avenida Vinhático, Loteamento Village dos Ipês, que deverá ser utilizado para a construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar.

Já em primeira votação, está pautado a matéria n° 27188/25, que cria o Programa Estadual de Inclusão ao Esporte (Pró-Goiás Esporte), vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel). O programa visa fomentar o esporte em todo o território goiano e revoga a Lei nº 14.546/2003, que instituiu o antigo Programa Bolsa Atleta, e a matéria nº 27190/25, de autoria do Executivo, que autoriza a alienação de imóvel à Universidade Estadual de Goiás (UEG), fortalecendo a infraestrutura da instituição de ensino superior.

Prestação de Contas do TCE

Em discussão e votação única nominal, será apreciada a prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2019 n°1852/20. O documento apresenta o balanço das atividades e da execução orçamentária da Corte, conforme determina a Constituição Estadual.

Propostas de autoria parlamentar

A pauta também contempla diversas matérias apresentadas pelos deputados, em primeira e segunda votações. Entre elas, o projeto de lei nº 19009/25, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que institui o Dia Estadual do Ambientalista, reforçando o compromisso de Goiás com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, que será

votado em segunda votação.

Também em segunda votação, o projeto de lei nº 1679/25, do deputado Virmondes Cruvinel (UB), que institui o Sistema de Avaliação de Políticas Públicas no Estado de Goiás, com objetivo de garantir maior eficiência e transparência na execução de programas governamentais.

Já em primeira votação, podemos destacar a proposição nº16857/24, de autoria do deputado Paulo Cezar (PL), propõe a instituição da Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos, iniciativa que visa ampliar a atenção à saúde materno-infantil.

Projetos da Mesa Diretora

A Ordem do Dia também inclui duas proposições da Mesa Diretora em segunda votação:matéria nº 26333/25, que institui o Programa Clube de Desconto do Servidor da Alego, com benefícios voltados aos servidores do Legislativo e a proposição nº 25437/25, que altera o Regulamento Administrativo da Casa, modernizando procedimentos internos e adequando normas às novas diretrizes de gestão.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, às 15 horas desta terça-feira, 4, sessão deliberativa ordinária presencial com vários processos na Ordem do Dia. Desses, 34 estão em primeira votação, 22 em segunda votação e 10 em votação única. Entre as matérias em pauta, destacam-se cinco projetos do Governo do Estado, além da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente ao exercício de 2019.

Entre as matérias do Poder Executivo, cinco propostas serão apreciadas, sendo três em segunda votação e duas em primeira votação. Entre as que vão à segunda votação, está matéria nº 26834/25, que abre crédito especial à Polícia Civil, reforçando o orçamento da instituição para execução de ações de segurança pública, e a nº 26836/25, altera a Lei nº 18.464/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Quadro Transitório da Secretaria de Estado da Saúde, adequando dispositivos funcionais e de progressão da carreira.

Também em segunda discussão, o projeto de lei nº 26837/25 autoriza o Governo de Goiás a adquirir, por doação onerosa do município de Hidrolândia, que busca autorização para adquirir um terreno situado na Avenida Vinhático, Loteamento Village dos Ipês, que deverá ser utilizado para a construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar.

Já em primeira votação, está pautado a matéria n° 27188/25, que cria o Programa Estadual de Inclusão ao Esporte (Pró-Goiás Esporte), vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel). O programa visa fomentar o esporte em todo o território goiano e revoga a Lei nº 14.546/2003, que instituiu o antigo Programa Bolsa Atleta, e a matéria nº 27190/25, de autoria do Executivo, que autoriza a alienação de imóvel à Universidade Estadual de Goiás (UEG), fortalecendo a infraestrutura da instituição de ensino superior.

Prestação de Contas do TCE

Em discussão e votação única nominal, será apreciada a prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2019 n°1852/20. O documento apresenta o balanço das atividades e da execução orçamentária da Corte, conforme determina a Constituição Estadual.

Propostas de autoria parlamentar

A pauta também contempla diversas matérias apresentadas pelos deputados, em primeira e segunda votações. Entre elas, o projeto de lei nº 19009/25, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que institui o Dia Estadual do Ambientalista, reforçando o compromisso de Goiás com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, que será

votado em segunda votação.

Também em segunda votação, o projeto de lei nº 1679/25, do deputado Virmondes Cruvinel (UB), que institui o Sistema de Avaliação de Políticas Públicas no Estado de Goiás, com objetivo de garantir maior eficiência e transparência na execução de programas governamentais.

Já em primeira votação, podemos destacar a proposição nº16857/24, de autoria do deputado Paulo Cezar (PL), propõe a instituição da Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos, iniciativa que visa ampliar a atenção à saúde materno-infantil.

Projetos da Mesa Diretora

A Ordem do Dia também inclui duas proposições da Mesa Diretora em segunda votação:matéria nº 26333/25, que institui o Programa Clube de Desconto do Servidor da Alego, com benefícios voltados aos servidores do Legislativo e a proposição nº 25437/25, que altera o Regulamento Administrativo da Casa, modernizando procedimentos internos e adequando normas às novas diretrizes de gestão.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Primeira Infância

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou, na manhã desta terça-feira, 4, na Sala das Comissões Júlio da Retífica, a reunião de instalação da Frente Parlamentar pela Primeira Infância. Sob a coordenação da deputada Vivian Naves (PP) e da vice-coordenadora, deputada Bia de Lima (PT), a cerimônia oficializou a criação do colegiado, com a aprovação de seu regimento interno e a abertura de um espaço permanente de diálogo entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade.

A mesa de trabalhos desta manhã foi composta pelas deputadas e também pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson José Ferrari; o juiz e coordenador da área Cível da Infância e Juventude, Volnei Fraissat; o promotor de justiça e coordenador da área da Infância e Juventude do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Pedro Florentino; e a superintendente da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Fátima Garcia Rossi.

O novo colegiado da Alego tem, além de Vivian Naves e Bia de Lima, os deputados Alessandro Moreira (PP), Dra. Zeli (UB), Karlos Cabral (PSB), Lincoln Tejota (UB), Lineu Olimpio (MDB), Rosângela Rezende (Agir), Rubens Marques (UB) e Wagner Camargo Neto (SD).

Na condução do encontro, Naves destacou que a criação da frente representa um passo importante da Casa de Leis na consolidação de políticas públicas intersetoriais voltadas à infância. "Mais do que um espaço de diálogo, essa frente se estabelece como um instrumento de articulação e ação, integrando o Poder Legislativo, o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, os Conselhos de Direitos e a sociedade civil para que cada criança goiana tenha garantido o direito de crescer com saúde, afeto, segurança e oportunidades."

Objetivos

A deputada Bia de Lima fez a leitura dos objetivos formais da frente, conforme o regimento interno da iniciativa. O artigo terceiro do documento lista objetivos como: fomentar o debate sobre a importância da primeira infância como etapa decisiva para o desenvolvimento; acompanhar e propor políticas públicas voltadas à atenção e ao cuidado integral da criança na primeira infância, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e segurança; estimular a implementação de programas que assegurem o direito à convivência familiar e comunitária, ao brincar, à alimentação adequada, ao cuidado acessível e à educação infantil de qualidade; zelar pela efetivação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), no âmbito estadual e municipal, entre outras.

Lima lembrou que, além de ser parlamentares, as duas líderes do colegiado são, também, mães. "Isso dobra a nossa

responsabilidade de seguir com o nosso compromisso de ajudar as prefeituras para que tenham um orçamento, tenham recursos para viabilizar a esses preceitos constitucionais da primeira infância que acabei de ler aqui. É preciso que o orçamento seja direcionado também para a educação das nossas crianças. É importante ainda enfatizar que nós precisamos saber o real déficit de vagas na educação infantil em nosso Estado", disse.

Infância em Goiás

Os outros componentes da mesa também fizeram uso da palavra. O conselheiro do TCE-GO Edson José Ferrari enfatizou a importância da frente e afirmou que a primeira infância é única. "É crucial destacar que esse é um período único e irrepetível. Não há outro momento como os primeiros seis anos de vida. A perda da oportunidade de investir nesse período, no futuro cidadão, é significativa. Até os 6 anos de idade, cerca de 90% do cérebro está em desenvolvimento. As políticas públicas devem ser transversais e setoriais", frisou.

Por sua vez, o juiz e coordenador da área Cível da Infância e Juventude, Volnei Fraissat, afirmou que uma base sólida, com educação, saúde e bem-estar, contribui para que essas pessoas se tornem adultas saudáveis, qualificadas para o mercado de trabalho e com menor probabilidade de envolvimento em situações de vulnerabilidade. "Nossa experiência no Poder Judiciário, na área da infância e juventude, revela que os processos civis que nos chegam frequentemente envolvem casos de abandono e negligência, resultando no acolhimento de crianças em abrigos. A análise dessas situações evidencia a necessidade de priorizar o investimento na primeira infância", apontou.

Coordenador da área da infância e juventude do MP-GO, Pedro Florentino abordou que a defesa da primeira infância é algo que envolve as mais distintas áreas e por isso, ele enalteceu a iniciativa da Assembleia Legislativa.

Por fim, a superintendente da Seduc, Fátima Rossi, destacou as ações do Governo Estadual nesta área. "O Estado trabalha com várias frentes para garantir a alfabetização das crianças. Estamos sempre em contato com os secretários municipais e prefeitos. Uma das nossas metas é a estipulada pelo Plano Municipal de Educação (PME) que estabeleceu estratégias para o desenvolvimento da educação no âmbito municipal: garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à escola e que 80% das crianças sejam alfabetizadas até 2030."

Logo após, os participantes puderam fazer contribuições com o debate aberto aos participantes.

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, às 15 horas desta terça-feira, 4, sessão deliberativa ordinária presencial com vários processos na Ordem do Dia. Desses, 34 estão em primeira votação, 22 em segunda votação e 10 em votação única. Entre as matérias em pauta, destacam-se cinco projetos do Governo do Estado, além da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente ao exercício de 2019.

Entre as matérias do Poder Executivo, cinco propostas serão apreciadas, sendo três em segunda votação e duas em primeira votação. Entre as que vão à segunda votação, está matéria nº 26834/25, que abre crédito especial à Polícia Civil, reforçando o orçamento da instituição para execução de ações de segurança pública, e a nº 26836/25, altera a Lei nº 18.464/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Quadro Transitório da Secretaria de Estado da Saúde, adequando dispositivos funcionais e de progressão da carreira.

Também em segunda discussão, o projeto de lei nº 26837/25 autoriza o Governo de Goiás a adquirir, por doação onerosa do município de Hidrolândia, que busca autorização para adquirir um terreno situado na Avenida Vinhático, Loteamento Village dos Ipês, que deverá ser utilizado para a construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar.

Já em primeira votação, está pautado a matéria n° 27188/25, que cria o Programa Estadual de Inclusão ao Esporte (Pró-Goiás Esporte), vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel). O programa visa fomentar o esporte em todo o território goiano e revoga a Lei nº 14.546/2003, que instituiu o antigo Programa Bolsa Atleta, e a matéria nº 27190/25, de autoria do Executivo, que autoriza a alienação de imóvel à Universidade Estadual de Goiás (UEG), fortalecendo a infraestrutura da instituição de ensino superior.

Prestação de Contas do TCE

Em discussão e votação única nominal, será apreciada a prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2019 n°1852/20. O documento apresenta o balanço das atividades e da execução orçamentária da Corte, conforme determina a Constituição Estadual.

Propostas de autoria parlamentar

A pauta também contempla diversas matérias apresentadas pelos deputados, em primeira e segunda votações. Entre elas, o projeto de lei nº 19009/25, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que institui o Dia Estadual do Ambientalista, reforçando o compromisso de Goiás com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, que será

votado em segunda votação.

Também em segunda votação, o projeto de lei nº 1679/25, do deputado Virmondes Cruvinel (UB), que institui o Sistema de Avaliação de Políticas Públicas no Estado de Goiás, com objetivo de garantir maior eficiência e transparência na execução de programas governamentais.

Já em primeira votação, podemos destacar a proposição nº16857/24, de autoria do deputado Paulo Cezar (PL), propõe a instituição da Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos, iniciativa que visa ampliar a atenção à saúde materno-infantil.

Projetos da Mesa Diretora

A Ordem do Dia também inclui duas proposições da Mesa Diretora em segunda votação:matéria nº 26333/25, que institui o Programa Clube de Desconto do Servidor da Alego, com benefícios voltados aos servidores do Legislativo e a proposição nº 25437/25, que altera o Regulamento Administrativo da Casa, modernizando procedimentos internos e adequando normas às novas diretrizes de gestão.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.

Primeira Infância

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realizou, na manhã desta terça-feira, 4, na Sala das Comissões Júlio da Retífica, a reunião de instalação da Frente Parlamentar pela Primeira Infância. Sob a coordenação da deputada Vivian Naves (PP) e da vice-coordenadora, deputada Bia de Lima (PT), a cerimônia oficializou a criação do colegiado, com a aprovação de seu regimento interno e a abertura de um espaço permanente de diálogo entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade.

A mesa de trabalhos desta manhã foi composta pelas deputadas e também pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Edson José Ferrari; o juiz e coordenador da área Cível da Infância e Juventude, Volnei Fraissat; o promotor de justiça e coordenador da área da Infância e Juventude do Ministério Público de Goiás (MP-GO), Pedro Florentino; e a superintendente da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Fátima Garcia Rossi.

O novo colegiado da Alego tem, além de Vivian Naves e Bia de Lima, os deputados Alessandro Moreira (PP), Dra. Zeli (UB), Karlos Cabral (PSB), Lincoln Tejota (UB), Lineu Olimpio (MDB), Rosângela Rezende (Agir), Rubens Marques (UB) e Wagner Camargo Neto (SD).

Na condução do encontro, Naves destacou que a criação da frente representa um passo importante da Casa de Leis na consolidação de políticas públicas intersetoriais voltadas à infância. "Mais do que um espaço de diálogo, essa frente se estabelece como um instrumento de articulação e ação, integrando o Poder Legislativo, o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, os Conselhos de Direitos e a sociedade civil para que cada criança goiana tenha garantido o direito de crescer com saúde, afeto, segurança e oportunidades."

Objetivos

A deputada Bia de Lima fez a leitura dos objetivos formais da frente, conforme o regimento interno da iniciativa. O artigo terceiro do documento lista objetivos como: fomentar o debate sobre a importância da primeira infância como etapa decisiva para o desenvolvimento; acompanhar e propor políticas públicas voltadas à atenção e ao cuidado integral da criança na primeira infância, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e segurança; estimular a implementação de programas que assegurem o direito à convivência familiar e comunitária, ao brincar, à alimentação adequada, ao cuidado acessível e à educação infantil de qualidade; zelar pela efetivação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), no âmbito estadual e municipal, entre outras.

Lima lembrou que, além de ser parlamentares, as duas líderes do colegiado são, também, mães. "Isso dobra a nossa

responsabilidade de seguir com o nosso compromisso de ajudar as prefeituras para que tenham um orçamento, tenham recursos para viabilizar a esses preceitos constitucionais da primeira infância que acabei de ler aqui. É preciso que o orçamento seja direcionado também para a educação das nossas crianças. É importante ainda enfatizar que nós precisamos saber o real déficit de vagas na educação infantil em nosso Estado", disse.

Infância em Goiás

Os outros componentes da mesa também fizeram uso da palavra. O conselheiro do TCE-GO Edson José Ferrari enfatizou a importância da frente e afirmou que a primeira infância é única. "É crucial destacar que esse é um período único e irrepetível. Não há outro momento como os primeiros seis anos de vida. A perda da oportunidade de investir nesse período, no futuro cidadão, é significativa. Até os 6 anos de idade, cerca de 90% do cérebro está em desenvolvimento. As políticas públicas devem ser transversais e setoriais", frisou.

Por sua vez, o juiz e coordenador da área Cível da Infância e Juventude, Volnei Fraissat, afirmou que uma base sólida, com educação, saúde e bem-estar, contribui para que essas pessoas se tornem adultas saudáveis, qualificadas para o mercado de trabalho e com menor probabilidade de envolvimento em situações de vulnerabilidade. "Nossa experiência no Poder Judiciário, na área da infância e juventude, revela que os processos civis que nos chegam frequentemente envolvem casos de abandono e negligência, resultando no acolhimento de crianças em abrigos. A análise dessas situações evidencia a necessidade de priorizar o investimento na primeira infância", apontou.

Coordenador da área da infância e juventude do MP-GO, Pedro Florentino abordou que a defesa da primeira infância é algo que envolve as mais distintas áreas e por isso, ele enalteceu a iniciativa da Assembleia Legislativa.

Por fim, a superintendente da Seduc, Fátima Rossi, destacou as ações do Governo Estadual nesta área. "O Estado trabalha com várias frentes para garantir a alfabetização das crianças. Estamos sempre em contato com os secretários municipais e prefeitos. Uma das nossas metas é a estipulada pelo Plano Municipal de Educação (PME) que estabeleceu estratégias para o desenvolvimento da educação no âmbito municipal: garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à escola e que 80% das crianças sejam alfabetizadas até 2030."

Logo após, os participantes puderam fazer contribuições com o debate aberto aos participantes.

Pauta do dia analisará matérias do Executivo e contas do TCE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) realiza, às 15 horas desta terça-feira, 4, sessão deliberativa ordinária presencial com vários processos na Ordem do Dia. Desses, 34 estão em primeira votação, 22 em segunda votação e 10 em votação única. Entre as matérias em pauta, destacam-se cinco projetos do Governo do Estado, além da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente ao exercício de 2019.

Entre as matérias do Poder Executivo, cinco propostas serão apreciadas, sendo três em segunda votação e duas em primeira votação. Entre as que vão à segunda votação, está matéria nº 26834/25, que abre crédito especial à Polícia Civil, reforçando o orçamento da instituição para execução de ações de segurança pública, e a nº 26836/25, altera a Lei nº 18.464/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração do Quadro Transitório da Secretaria de Estado da Saúde, adequando dispositivos funcionais e de progressão da carreira.

Também em segunda discussão, o projeto de lei nº 26837/25 autoriza o Governo de Goiás a adquirir, por doação onerosa do município de Hidrolândia, que busca autorização para adquirir um terreno situado na Avenida Vinhático, Loteamento Village dos Ipês, que deverá ser utilizado para a construção do Posto Avançado do Corpo de Bombeiros Militar.

Já em primeira votação, está pautado a matéria n° 27188/25, que cria o Programa Estadual de Inclusão ao Esporte (Pró-Goiás Esporte), vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel). O programa visa fomentar o esporte em todo o território goiano e revoga a Lei nº 14.546/2003, que instituiu o antigo Programa Bolsa Atleta, e a matéria nº 27190/25, de autoria do Executivo, que autoriza a alienação de imóvel à Universidade Estadual de Goiás (UEG), fortalecendo a infraestrutura da instituição de ensino superior.

Prestação de Contas do TCE

Em discussão e votação única nominal, será apreciada a prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, referente ao exercício de 2019 n°1852/20. O documento apresenta o balanço das atividades e da execução orçamentária da Corte, conforme determina a Constituição Estadual.

Propostas de autoria parlamentar

A pauta também contempla diversas matérias apresentadas pelos deputados, em primeira e segunda votações. Entre elas, o projeto de lei nº 19009/25, de autoria do deputado Antônio Gomide (PT), que institui o Dia Estadual do Ambientalista, reforçando o compromisso de Goiás com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente, que será

votado em segunda votação.

Também em segunda votação, o projeto de lei nº 1679/25, do deputado Virmondes Cruvinel (UB), que institui o Sistema de Avaliação de Políticas Públicas no Estado de Goiás, com objetivo de garantir maior eficiência e transparência na execução de programas governamentais.

Já em primeira votação, podemos destacar a proposição nº16857/24, de autoria do deputado Paulo Cezar (PL), propõe a instituição da Política Estadual de Diagnóstico e Tratamento do Câncer em Bebês Intrauterinos, iniciativa que visa ampliar a atenção à saúde materno-infantil.

Projetos da Mesa Diretora

A Ordem do Dia também inclui duas proposições da Mesa Diretora em segunda votação:matéria nº 26333/25, que institui o Programa Clube de Desconto do Servidor da Alego, com benefícios voltados aos servidores do Legislativo e a proposição nº 25437/25, que altera o Regulamento Administrativo da Casa, modernizando procedimentos internos e adequando normas às novas diretrizes de gestão.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões, e a população pode acompanhar os trabalhos pela TV Assembleia Legislativa (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento estadual (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do YouTube. Dessa forma, a população tem a oportunidade de acompanhar as discussões e votações de todas as matérias em pauta.